



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 13ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 2º Período da 4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, realizada no dia 25 de outubro de 2016. _____

1

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, **sob a Presidência do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti**, realizou-se a Décima Terceira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Segundo Período da Quarta Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, com início às quinze horas, ocasião em que não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Rodrigo Pereira Costa fez a leitura da passagem bíblica. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 1357 e 1358/2016 – Alexandre Valdo Maitan; 1359/2016 – Ely Escarpini; 1360 e 1361/2016 – Edison Valentim Fassarella; 1362/2016 – Luis Guimarães de Oliveira. **Requerimentos:** 1666 e 1667/2016 – Alexon Soares Cipriano; 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1675, 1676, 1677, 1678, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683, 1684, 1685, 1686 e 1687/2016 – Alexandre Valdo Maitan. **Ofícios:** 39/2016 – Conselho Municipal de Segurança e Defesa Social de Cachoeiro de Itapemirim/ES – Alexandre Leal Rodrigues – Presidente; 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358 e 359/2016 – Ministério da Educação; 360/2016 – Odebrecht Ambiental – Bruno Ravaglia. **Projetos de Lei:** 107/2016 – Poder Executivo; 108 e 110/2016 – David Alberto Lóss; 109/2016 – Delandi Pereira Macedo; 111/2016 – Mesa Diretora. **Projetos de Decreto Legislativo:** 413, 414, 415 e 416/2016 – Rodrigo Pereira Costa; 417, 418 e 419/2016 – Alexandre Valdo Maitan; 420, 421, 435, 436 e 443/2016 – Leonardo Pacheco Pontes; 422, 423 e 424/2016 – Brás Zagotto; 425, 426, 427 e 428/2016 – Alexandre Bastos Rodrigues; 429, 430, 431 e 432/2016 – Alexon Soares Cipriano; 433, 434 e 446/2016 – Wilson Dilleme dos Santos; 437 e 438/2016 – Ely Escarpini; 439, 440, 441 e 442/2016 – Edison Valentim Fassarella; 444 e 445/2016 – Lucas Moulais; 447, 448 e 449/2016 – José Carlos Amaral. / A seguir, passamos ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **David Alberto Lóss:** — Boa-tarde a todos! Senhores, na semana passada, eu havia preparado uma homenagem, mas não foi possível fazê-la e a deixarei para o Grande Expediente, porque, agora, preciso lembrar que estão na Casa a LDO e o orçamento, projetos esses que impactam a própria Câmara. A LDO já recebeu os pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Procuradoria e precisa ser votado até o dia 01/11. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — V. Ex.ª já fez a emenda aos artigos 2º e 4º? / **David Alberto Lóss:** — Sim. Não fizemos a 1ª Discussão, porque as duas sessões anteriores foram encerradas. Vamos votar a LDO até 01/11 e o orçamento em 22/11. Essa é a hora da apresentação de emendas ao orçamento. Há também aqui o parecer da Comissão de Justiça à recomendação do Tribunal de Contas para que a Casa rejeite as contas do Prefeito Roberto Valadão de 2007, devido ao uso do dinheiro do Fundeb de forma equivocada, não que os recursos tenham desaparecido. Assim, a comissão

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2

aponta, por unanimidade, para a aprovação das contas ainda que em desacordo com a recomendação do Tribunal. Estou assumindo essa responsabilidade, porque, pelo que vi, não há motivo para a rejeição das contas, mas o plenário é soberano. Se votar contra o parecer do Tribunal, as contas serão aprovadas. Gostaria que os vereadores analisassem onde está o pomo da discórdia que levou à rejeição. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Primeiro, será votado o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e, depois, o do Tribunal de Contas? / **David Alberto Lóss:** — O plenário precisará derrubar o parecer da comissão. Quanto à LDO, se algum vereador quiser olhar o projeto, terá que fazer isso até o dia 01/11. Cabe ainda parecer, embora essa seja uma peça eminentemente técnica. Muito obrigado! / **Delandi Pereira Macedo:** — Boa-tarde a todos! Gostaria de falar sobre um projeto que protocolei nesta Casa, criando o Dia Municipal da Proclamação do Evangelho, a ser comemorado todo dia 31/10. Na verdade, já existem os dias estadual e nacional, e quis oficializar o municipal. O meu interesse na escolha dessa data é porque ela marca o Dia da Reforma Protestante e ainda mais por não ter dúvida nenhuma de que a proclamação do Evangelho tem contribuído para a restauração da dignidade da pessoa humana. Ao falar da proclamação do Evangelho, não estou distinguindo religião A, B ou C, refiro-me a todas as que proclamam o Evangelho do Senhor Jesus Cristo. Dirão que não se pode misturar religião com política e se perguntarão o que trará a aprovação de um projeto como esse para a nossa sociedade. Basta observar como tem sido a transformação dos seres humanos na face da terra, diante da proclamação do Evangelho. Jesus veio ao mundo para pregar essa mudança de vida, e essa mensagem tem ajudado muito as pessoas no convívio social, influenciando aqueles que estão na marginalidade. Essas pessoas, ao serem alcançadas pelas mensagens do Evangelho, são resgatadas. São muitos os testemunhos de vidas resgatadas pela mensagem do Evangelho de Jesus Cristo. Por essas considerações e tantas outras mais, precisamos destacar e concluir tudo o que tem sido feito no que tange à mudança da nossa sociedade e usar todos os instrumentos possíveis para levar a reflexão quanto aos erros cometidos pelas pessoas. Se formos analisar as pessoas que estão nos presídios, pagando suas penas, veremos que, quando alguém chega até elas e lança a Palavra do Evangelho, ocorre a transformação, e boa parte delas sai de lá mudada; portanto, a mudança de comportamento e a ressocialização acontecem a partir do momento em que conhecem o Evangelho. Dessa forma, peço aos colegas vereadores para aprovarmos esse projeto ainda hoje, considerando que 31/10 é na semana que vem e, repito, coincide com o dia da reforma protestante. Que mais do que nunca possamos valorizar aqueles que têm levado adiante a mensagem do Evangelho, independente de religião, seja católica ou protestante, evangélica ou espírita. O importante é que creiam no Evangelho pregado por esse Homem que transformou a humanidade, que é o Senhor Jesus Cristo. Havendo o aval das comissões, solicito que a matéria seja colocada em pauta. / **Wilson Dille dos Santos (Presidente em exercício):** — Peço que V. Ex.^a se empenhe junto à Comissão de Justiça para que dê o parecer. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — O parecer já está pronto. / **Delandi Pereira Macedo:** — Agradeço a V. Ex.^a, mas eu já conversei com o Vereador David, presidente da Comissão de Justiça, e, considerando a relevância do projeto para este momento, recebi o aval dele. Muito obrigado! / **José Carlos Amaral:** — Boa-tarde a todos! Registro em ata que, ao longo da minha vida, nesses mais de trinta anos nesta Casa, vi esses acertos de contas, com sumiço até de pneus e de motor de máquina. Para complicar o próximo prefeito, roubam o que podem e o que não podem. Vejam o que está sendo falado sobre a Agersa, a qual por várias vezes denunciei devido a

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3

irregularidades lá dentro, tanto é que um de seus mandachuvas, na época, foi afastado. O estranho é que não houve quebra da porta para terem acesso aos documentos. Há até quem diga que não mexeram nos documentos, apenas os reviraram, mas, se fizeram isso, devem ter achado alguma coisa importante. Também foi dito aqui que na SEMDES roubaram o HD de um dos computadores. Precisamos ficar atentos a isso, inclusive já foi solicitada a presença do diretor da Agersa nesta Casa, e sugiro que o mesmo seja feito com alguém da secretaria de onde foi roubado o tal HD. Precisamos saber se foi feita perícia, ocorrência ou BO. Peço isso principalmente no episódio envolvendo a Agersa, pois quem leu o Jornal A Tribuna, do final de semana, viu que a Odebrecht foi vendida. Quando a exploração do serviço de água foi passado do SAAE para a Citágua, no contrato, constava que todo o patrimônio da autarquia, após vinte anos, retornaria à prefeitura. Todo aquele patrimônio que fica na Rodovia Fioravante Cipriano, na Ilha da Luz, as estações de tratamento, bombeamento de água do Jaraguá, Aristides Campos, Valão e outros pontos mais são bens municipais. Estão dizendo que foram vendidas as ações, mas na lei federal não consta que a prefeitura precisa permitir isso? Tenho dúvida se esta Casa também precisa dar permissão. Esse negócio foi feito muito nas caladas, ainda mais que na Empresa Odebrecht foram descobertos os maiores ladrões do Brasil, e junto estava o PT, de José Dirceu e de Genuíno, que roubou tudo. Estou indo embora, mas deixo as minhas palavras registradas nos anais desta Casa para que, amanhã, não acusem os vereadores de terem sido omissos. Quando foi comprado aquele terreno para fazer o cemitério no Bairro IBC, o povo não queria deixar inaugurá-lo, e, passados quinze anos, vereadores desta Casa tiveram seus patrimônios penhorados por conta do voto dado em relação a isso. Estou saindo daqui, mas ainda denunciando o que pode acontecer, denúncia essa que levarei também ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e a todos os órgãos fiscalizadores deste Estado. Senhores, encontra-se nesta Casa o parecer do Tribunal de Contas pedindo a rejeição da prestação de contas do prefeito Roberto Valadão/2007, e alerto que é preciso ter muito cuidado com o que fazemos aqui. Eu fui um opositor ferrenho de Roberto Valadão, naquela época, e denunciei tudo e a todos daquela administração, tanto é que 80% dos processos contra ele partiram de denúncias minhas, inclusive o terreno da vila olímpica. O Tribunal diz que ele desviou para outros fins recursos do Fundeb, verbas carimbadas, exclusivas para uso na educação; por isso, a minha posição aqui será contrária à aprovação dessas contas e vou olhar nos meus arquivos se não denunciei isso também. Caso eu tenha denunciado isso, e o Tribunal acatado, se votarmos a favor, eles entrarão na Justiça e poderão tomar tudo o que temos. Precisamos ficar muito cabreiros quanto a isso. Os novos vereadores já foram embora e, agora, é hora das emendas ao orçamento. Se os novos vereadores não quiserem que o próximo ano seja ruim para eles, peçam aos atuais para fazerem as emendas de acordo com a comunidade e com o orçamento. Diante da crise que está ocorrendo em Cachoeiro, é bom que conversem com o prefeito a esse respeito. Tenho certeza de que esta Casa dará os 100% para o próximo prefeito trabalhar o orçamento, porque, ao longo da minha vida pública, sempre aprovei esse percentual no primeiro ano de governo. Isso permite que o prefeito passe o dinheiro de um lado para outro e comece o ano trabalhando, retirando os obstáculos que surgirem na sua administração. Sei que nenhum vereador aqui vai querer atrapalhar Cachoeiro de Itapemirim, como nunca foi feito no primeiro ano de mandato; agora, do segundo ano para frente, será outra conversa. Muito obrigado! / **Wilson Dillem dos Santos:** — Boa-tarde a todos! Registro a presença dos meus amigos Pedro Turini e do engenheiro Valter Cardoso, com quem por muitos anos trabalhei no

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Grupo João Santos. Ele foi um dos meus professores na construção civil, pois, enquanto engenheiro, tem uma vasta experiência na área de cálculo estrutural. Atuei ao lado dele como técnico e projetista, acompanhando seus passos junto com o Pedro Turini nesse ramo de construção civil pesada. Estive no Grupo João Santos por vinte e três anos, dos quais oito atuamos juntos, de forma prazerosa. Valter, a sua paternidade é um degrau a mais que coloco no meu currículo. Eu os convidei para que tivessem a oportunidade de conhecer os meus colegas vereadores. Senhores, quase que nem seria necessário eu retornar a tribuna para falar sobre o meu posicionamento referente a essa recomendação do Tribunal de Contas quanto às contas do ex-prefeito Roberto Valadão. Estamos em 2016 e recebemos essa recomendação do Tribunal referente às contas de 2007, período esse em que a maioria dos atuais vereadores não teve a oportunidade de conviver com aquela administração. Assim, colocam em nossas mãos a responsabilidade quanto a algo que não conhecemos. É culpa da Câmara e dos vereadores? Não, pois esses atrasos sempre ocorrem devido a irregularidades do próprio Tribunal, que envia para as Câmaras esses pareceres dez, quinze anos depois para avalizarmos decisão referente a contas que não conhecemos. Por isso, não votarei contra. O Vereador Amaral, com muita sabedoria, fez o seu discurso, porque teve a oportunidade, ao lado de mais dois ou três colegas de Câmara, de estar aqui naquele período. Assim, o posicionamento dele é mais claro do que o nosso. Como poderemos atribuir culpabilidade a uma pessoa sem termos conhecimento e o acompanhamento de sua gestão, se não éramos vereadores na época? O que eu tenho a ver com isso? Por que pagarei um preço alto lá na frente, se em momento algum estive envolvido nisso nem tenho conhecimento? Quem precisa se posicionar são os vereadores que tinham mandato naquela época. Que se posicionem a favor ou contra, assumindo a responsabilidade do voto declarado na tribuna. Não tenho nada contra a administração do ex-prefeito Roberto Valadão, mas reconheço que a sociedade não se agradou de muitas coisas ocorridas naquele período. Há que se dar um passo à frente e outro atrás, pois coisas positivas também foram feitas. Portanto, não me venham apresentar esses relatórios dez anos atrasados, jogando sobre nós a responsabilidade, pois eu, particularmente, não aceito isso, embora entenda que cada um aqui seja dono do seu voto. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — A Comissão de Justiça, presidida pelo Vereador David e da qual sou relator, entendeu que não há necessidade de rejeitar as contas, pois não houve crime que justifique isso. Aconteceram alguns erros naturais de procedimento para os quais cabem outras punições. Rejeitar uma conta só se for por algo sério, pois isso é assumir que houve um gravíssimo erro de conduta. Por entender que não é assim, a comissão opinou por encaminhar ao plenário a aprovação das contas, até mesmo porque o secretário de contas já morreu e não pode vir aqui dar as explicações. Não houve desvio de dinheiro público, e sim o uso desses recursos em outras áreas. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Conversei antes com o presidente da comissão e com o relator, e eles me explicaram que não houve desvio, pois o dinheiro foi aplicado na própria área de educação, como, por exemplo, em vez de se construir uma escola, comprou-se carteiras. O recurso ficou na educação. Como vou crucificar uma pessoa simplesmente por ter feito o seu papel de gestor, colocando os recursos na secretaria afim onde entendeu que fossem necessários? / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Não está sendo julgado todo o mandato de Valadão, e sim apenas o ano de 2007. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Vale registrar também que a maioria dos relatórios enviados pelo Tribunal de Contas vem com ressalvas, o que não foi o caso desse. Aqui aparece uma acusação direta, e não com ressalvas. Muito obrigado! / **Luis Guimarães de**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5

Oliveira: — Boa-tarde a todos! Fiz uma indicação ao Prefeito Casteglione para que, o mais rápido possível, ele acorde para a vida, mesmo já estando próximo ao fim do seu mandato. Embora eu peça a Deus que isso não se confirme, alerto que vai acontecer algo sério naquele túnel do Bairro Aeroporto, onde passa a linha férrea, pois o mesmo está arriando; isso, senhores, sem que ninguém veja. Então, pela segunda vez, estou aqui lembrando e mostrando ao prefeito a responsabilidade que ele tem ou parece ter. Ele não está nem aí, e aquilo está afundando, já tendo sido alvo de uma CPI nesta Casa, na época em que daqui saiu um vereador eleito deputado. Falo essas coisas com rigor e grosseria para ver se eles ficam com raiva de mim e acordam, porque aquilo vai matar gente. Não sei nem quem é o líder do prefeito na Câmara e acho que não há ninguém indicado. Vereador Brás, V. Ex.^a é o líder? Pode ser ou é? O que estou dizendo é sério e, se V. Ex.^a for o líder, leve essas minhas palavras até o prefeito para que ele tome providências. Eu não quero que V. Ex.^a responda por um compromisso que não é seu, pois a responsabilidade é do prefeito; agora, se V. Ex.^a estiver no cargo de líder, por favor, ajude a comunidade. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Falarei com o prefeito hoje para que vá até o local com o secretário de Obras e um engenheiro para analisar a situação. Se houver risco, terá que mexer. V. Ex.^a está coberto de razão. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — É dever e obrigação de cada um de nós fazer isso. Eu não vou falar com o prefeito, porque não entro no palácio; do contrário, já teria feito isso há muito tempo. Senhor presidente, eu ainda não havia visto o Projeto de Lei 104/2016, que deu entrada na semana passada e se refere à remoção de veículos dentro do Município. Em uma leitura de segundos, já achei um monte de erros no projeto. São vários artigos e, se formos fazer emendas, serão diversas delas. Portanto, se for preciso, pedirei vistas para participar e dar minhas opiniões, porque vi que o projeto está cheio de falhas. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Já possuindo o parecer da procuradoria e da comissão, está na hora de os vereadores apresentarem as emendas. Como V. Ex.^a é do ramo, está bem a cavaleiro para apresentar boas emendas que venham a melhorar a qualidade do projeto. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Com certeza. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — O pedido de vistas está acatado. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — O projeto tem doze artigos, estou na leitura do 4º e já constatei várias irregularidades. Como fazer a guarda de um veículo em um terreno cercado? Para mim, precisa ficar específico que a área deve ser murada e muito bem protegida. Esse projeto não trará segurança alguma para o cidadão cachoeirense que tiver seu veículo apreendido. Não há um seguro e, se aquilo pegar fogo, quem pagará o prejuízo e assumirá os erros? Dez mil metros de área para um pátio é um bom tamanho, até grande demais. Ora, se a coisa fluir normalmente, até noventa dias ocorrerá a definição do que será feito com o veículo, caso a pessoa não o retire. Aqui estão falando em seis meses. Parece que o vereador vai fazer uma emenda nesse sentido. Achei as emendas ótimas, mas há outras a serem feitas, inclusive aqui não diz quem é o responsável pelo pátio. Quantos deles podem haver no Município? Pelo que entendi, todos nós podemos ter uma área e sermos donos de um pátio do Detran, desde que tenhamos os impostos em dia. Vejo que isso já deveria ter sido feito há vários anos, como tenho cobrado desta tribuna. Quem sugeriu isto aqui fui eu para que a coisa seja feita dentro da lei. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Concordo com tudo o que V. Ex.^a está dizendo. Essa lei está sendo proposta pela prefeitura, porque, conforme determinação do Detran, o Município precisa ter um contrato com um pátio; o Estado, outro. Agora o Município vai passar a arrecadar com os carros apreendidos. Portanto, é a preparação para o processo licitatório, visando a contratação do pátio onde serão

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6

recolhidos esses veículos. O Município receberá uma porcentagem por esses veículos apreendidos, o que é bom para Cachoeiro. Este é o momento de se fazer o melhor processo licitatório e a melhor lei. Não vejo nenhuma necessidade de o governo querer nos impedir de fazer a melhor lei, que favorecerá o cidadão e ainda garantirá que o Município arrecade o que é seu direito. Inclusive pedi ao Vereador David que fizéssemos um relatório, sugerindo algumas emendas. É uma determinação, repito, do Governo Estadual para que cada órgão faça o seu convênio. A Polícia Militar fará o seu convênio e pode ser até no mesmo pátio. Será preciso amarrar as coisas sim. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — A Comissão de Justiça e a procuradoria detectam os casos de inconstitucionalidade, e é por isso que o projeto tramita pelas comissões. Há inclusive comissões específicas para tratar do assunto, e é hora de, como V. Ex.^a muito bem sabe fazer, apresentar as emendas. À Comissão de Justiça não cabe observar determinados detalhes, ela se atém à parte da regularidade do andamento do processo. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Sei da sua competência e a da comissão a qual preside, cujos membros não estão ali para brincadeira. É na comissão mesmo que se inicia o acerto dos erros. Em pouco tempo de leitura, detectei vários problemas para os quais é preciso voltar a atenção. Sei onde estou sentado e por que sou vereador; portanto, leio e não chuto de qualquer jeito. Não quero votar o projeto de qualquer maneira, pois, assim, pagaremos por uma coisa que poderia ter sido consertada no momento adequado. Este é o momento para começar a discussão dessa proposta séria. Nenhum vereador quer que o veículo de ninguém seja apreendido, mas o projeto tem muitas falhas, isso em apenas doze artigos. Encontrei dificuldades nos primeiros quatro artigos que li. O projeto fala em vinte e quatro horas, mas e a fração? Se o meu carro ficar uma hora, eu não precisarei pagar? É preciso haver a palavra fração. A fração é das vinte e quatro horas ou será dividida por minutos? Acredito que será por vinte e quatro horas: entrou, pagou. Há outro detalhe que ficou em aberto com relação às placas. Aqui diz que o veículo será liberado conforme a sua placa. Se o carro for roubado, não é preciso ter o Renavan? O Renavan é o DNA do veículo, e não a placa, que pode ser clonada. É mais difícil clonar o Renavan, o chassi do veículo, porque só há um. O projeto ainda diz que só o proprietário poderá retirar o veículo. Se o proprietário estiver doente, não poderá fazer uma procuração para alguém liberar o seu veículo? Há muitas falhas. O Vereador Fabrício já comentou sobre a responsabilidade da Polícia Militar e da Guarda Municipal. O projeto diz que a prefeitura é a responsável pelos carros; então, é a Guarda Municipal que vai cuidar disso. Quem vai liberar o carro? O projeto dá a entender que será o cara do pátio, mas não pode ser ele, e sim a autoridade de trânsito. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — A lei especifica que o carro só pode ser apreendido por autoridade competente de trânsito. Ele só será liberado depois que forem pagas todas as taxas, conforme ocorre hoje. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Aqui está dizendo que o veículo é apreendido pela autoridade, o que é correto, mas estou falando da liberação. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — O veículo é liberado pelo pátio, depois de pagos e devidamente apresentados os documentos de arrecadação. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — A secretaria tem um local específico para a pessoa dar entrada em recurso de multa e também deve ter um para liberar o veículo. Quem apreendeu o veículo deve emitir as notas, e não o pátio. O dono do pátio pode ser meu amigo e liberar o meu carro de qualquer maneira. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Hoje é o pátio que libera o carro depois de a arrecadação ser paga. Se o carro foi apreendido, há uma guia de apreensão do mesmo; então, o pátio não pode liberar, pois, se o fizer, cometerá um crime. Se jogarmos a

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7

liberação do veículo para cima de um órgão político, ocorrerão mais erros. O pátio é terceirizado, quer receber e fazer as coisas certas, sendo fiscalizado pela Secretaria Municipal de Trânsito. Entendo a sua preocupação, pois também me preocupo de que seja a autoridade pública a cuidar da liberação do veículo. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Esse projeto vai causar grande transtorno, pois o inciso V do artigo 7º diz que é para cobrar as taxas e a permanência quando a Polícia Civil apreender um veículo e o colocar no pátio. E quando um veículo é roubado? A polícia recolhe esse carro, leva para o pátio e o dono só fica sabendo trinta dias depois. A polícia não vai atrás do proprietário do carro para avisar que ele foi recuperado. O dono é obrigado a pagar? / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — A lei diz que carros envolvidos em crimes e abandonados, não por questão de multa de trânsito, vão para a Polícia Civil e não são apreendidos no pátio. A autoridade de trânsito não está autorizada a recolher esses veículos, apenas os ligados a infrações de trânsito. Se a autoridade de trânsito recolher esses veículos e os colocar no pátio, cometerá um erro. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — O projeto diz o seguinte: “Em caso de veículos envolvidos em crime, esses serão encaminhados à Polícia Civil.” Continua dizendo: “Garantindo o pagamento dos serviços prestados de remoção e de estadia.” Isso está errado, porque, se o veículo é roubado, recuperado, e o proprietário só ficando sabendo sessenta dias depois terá que pagar todo esse tempo de estadia em pátio. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Esses carros vão para o pátio da Polícia Civil. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Não existe pátio da Polícia Civil. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — É a Polícia Civil que vai recolher. Com certeza, alguém terá que pagar o guincho, a movimentação, o que é uma segurança para o proprietário. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Senhores, sugiro que esse projeto seja mais discutido, porque há muitas lacunas. / **Aparteando David Alberto Lôss:** — Por melhor que seja a lei nunca vai contemplar todas as possibilidades. Está ocorrendo agora aquilo que deve acontecer com cada projeto enviado a esta Casa, ou seja, a discussão. Estou adorando isso. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — V. Ex.^a é testemunha de que sempre discuti os assuntos. Já disse que não estou aqui por acaso. Eu discuto aquilo que tenho dificuldades de entender. Todos os projetos deveriam ser discutidos aqui. / **Aparteando David Alberto Lôss:** — É da discussão que nasce a luz. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — De repente, outro vereador pode me mostrar algo que eu não compreendi. / **Aparteando Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Vereador, nós sempre comentamos aqui sobre a existência da máfia do guincho. Agora chegou o momento de amarrarmos isso. A prefeitura, que está precisando de dinheiro, deveria ter um pátio próprio e também valorizar os agentes da Guarda Municipal, acabando com esse problema. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — O projeto diz que a prefeitura pode conceder o serviço, mas o direito de ter o pátio é dela. / **Aparteando Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Precisamos fazer uma emenda para que realmente o direito seja da prefeitura e ela receba, em vez de apenas 10%, todo o valor cobrado por esse serviço. A renda da prefeitura só está diminuindo, e esse é o momento de colaborarmos com a administração municipal. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — O Vereador Júlio falou sobre a máfia do guincho, e eu me lembrei de uma questão. Quando a pessoa consegue a permissão de um táxi na prefeitura, o veículo deve ter uma idade máxima de cinco, dez anos, não me recordo bem. Isso está em aberto no projeto, pois aqui só diz que o guincho deve estar em boas condições. Acho que deveria ser determinada uma idade para esse veículo também. Não estou dizendo que o projeto está direcionado a alguém, mas parece. O projeto diz que o guincho precisa estar em bom estado e a área possuir dez mil

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8

metros quadrados. O Estado do Espírito Santo pediu pátios com dois mil metros quadrados, sendo mil metros cobertos; depois, mudou para dois mil metros, sendo duzentos de área coberta. Acho que os dois mil metros deveriam ser cobertos, pois, se o proprietário de um veículo apreendido demorar a retirá-lo, ele será jogado no sol e na chuva. Aí, vêm a dengue e todo aquele barulho que fazem. Então, essa é a oportunidade de fazer as coisas de forma correta. Quem quer montar um pátio deve ter caixa para fazer as coisas direito. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Já existe um projeto de minha autoria na Casa, falando sobre a necessidade de todos os pátios serem cobertos, exatamente por causa da proliferação de mosquitos. Eu ainda não li esse projeto do Executivo. Estou preocupado em saber onde fica o Estado nessa questão. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Aqui ele não fica. A responsabilidade é passada para o Município. Até entendo isso, porque o trânsito foi municipalizado, e a obrigação de cuidar disso é do Município. Quero saber quando a Polícia Militar apreender o veículo e o levar para o pátio quem vai liberá-lo. E se a PM disser que a liberação foi feita de forma errada? Alguém com autoridade é que deve liberar os veículos apreendidos. No momento em que o veículo é apreendido na rua, a liberação do mesmo cabe a quem o apreendeu para saber se está batido ou se há pertences no seu interior. O projeto diz que, se o carro for apreendido, a responsabilidade da avaliação é do pátio. Eu não concordo com isso. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Vereador, perguntei onde fica o Estado nessa questão porque existem legislações em níveis nacional, estadual e municipal. Onde fica a União nisso também? Cachoeiro e mais quatro Municípios do Estado têm o trânsito municipalizado. Isso tudo vem sendo coordenado pelo Detran do Espírito Santo. A minha preocupação é criar lei no Município que entre em conflito com legislações estadual e nacional. Daí a pouco, se o Município não estiver em sintonia com o Estado, a União e o Código Nacional de Trânsito, vai perder para os recursos jurídicos. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — A lei municipal é a infraconstitucional. A lei ordinária não pode estar em desacordo com a lei maior, que vale mais. As leis maiores são as da União e as do Estado. Por isso, se houver conflito, a Comissão de Justiça atuará nessa questão. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — Eu conheço bem os vereadores que atuam na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e sei que zelam, cuidam ao analisar um projeto, preocupando-se com as Constituições Estadual e Federal. Será que em outros Municípios vão ter a mesma preocupação? Será que não haverá conflitos? Não estou querendo inferiorizar ou discriminar outros Municípios. / **Aparteando Fabrício Ferreira Soares:** — Essa discussão já demonstrou que o projeto tem que ser muito bem analisado. Propomos essa mudança lá atrás, mas tudo da prefeitura fica parado na PGM por anos. Agora, o prefeito foi pressionado, através GGIM, para resolver essa questão do pátio. O objetivo dessa lei é determinar para onde vai o veículo recolhido e a feitura de um processo licitatório referente ao pátio. Esse projeto não mexe com valor arrecadado, que é de acordo com a tabela estadual. Vamos discutir bem essa proposta para que seja feito o melhor processo licitatório, de maneira a evitar perdas para o Município. A preocupação de V. Ex.^a é importante, mas esse projeto não é bicho de sete cabeças, não vai mexer com lei de trânsito nem nada. A matéria vai determinar quem explorará esse serviço e o que terá que fazer para o Município. É importante determinar se o pátio terá muro e guincho com dez anos, o que deve ser amarrado na licitação. Eu não havia pensado nisso. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Falei sobre muro, porque, quando era chefe de licenciamento do Detran, ouvi um cidadão da Praça da Bandeira, do qual não sei o nome, dizer que iria ao pátio retirar o carro dele, e de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9

fato fez isso. A frente do pátio era murada, mas as laterais eram de cerca. Até a polícia chegar lá o cara já havia ido embora com o carro, mas foi pego novamente. Esse projeto também não fala sobre seguro, e a lei estadual determina um valor para isso, caso o pátio pegue fogo ou um veículo desapareça; isso para que o dono possa ser ressarcido. São coisas importantes para a comunidade, e não posso deixar passar uma situação como essa. Não quero atrapalhar, e sim ajudar. Devemos chamar mais gente com conhecimento técnico para discutir esse projeto, evitando-se, assim, problemas. Eu sempre disse que o Município apreendia os veículos, e o Estado ganhava, sendo a maior bagunça. Quero ajudar o Município. Muito obrigado! / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **David Alberto Lóss:** — Boa-tarde a todos! Existem projetos de lei que precisam ser bem analisados por esta Casa, com todos os vereadores opinando e discutindo, pois isso enriquece a matéria. O ideal seria que o projeto já viesse para esta Casa de Leis perfeito, mas isso não ocorre; então, cabe à Câmara fazer os acertos devidos. A discussão dessa proposta é importante, e ela já está com os pareceres da procuradoria legislativa e da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. É hora de os vereadores discutirem e apresentarem as emendas necessárias. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Se um cara quer abrir uma oficina próxima a um córrego ou rio e oferece jabá a uns garotinhos bonitinhos, a coisa funciona; do contrário, eles chegam e dizem que não pode. Vereador, depois lhe mostrarei como o juiz se pronunciou naquela ação popular que dei entrada. Ele disse que posso xingar a mãe de quem eu quiser que estou absolvido. V. Ex.^a disse que iria dar cadeia. Os senhores já viram certo depósito de carros em Cachoeiro, no qual o córrego passa no meio dele? Isso é brincadeira. Estou sabendo que compraram um terreno no Bairro Coramara, e o depósito que farão lá também será dentro do córrego. Farei uma emenda com relação à distância dos córregos. / **David Alberto Lóss:** — Vai haver licitação para isso. Senhores, a LDO está pronta para ser votada hoje, inclusive o procurador pediu que isso ocorra. Serão necessários dez votos para aprová-la. O Orçamento/2017 só será votado por volta do dia 29/11, e esse é o momento de os vereadores apresentarem emendas, principalmente os que foram reeleitos. Vi uma matéria no jornal, dando conta de que o prefeito pedirá à Câmara que lhe conceda 100% para remanejar o orçamento, como é de praxe no primeiro ano de mandato. Ele não precisa pedir isso. Há vereador que, no segundo ano de mandato do prefeito, quer conceder apenas 1% de remanejamento. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Vereador David, veja essa Prefeitura de Cachoeiro. Tudo foi feito para autorizar a desmanchar aquelas coisas na Delvo Perim. Lá, pode construir? / **David Alberto Lóss:** — Não. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Estou de olho. No Bairro Valão, pobre não pode construir na beira do rio numa distância muito maior do que naquilo lá. Não serei mais vereador; porém, não deixarei de ser fiscal nem de denunciar. / **David Alberto Lóss:** — Até o dia 22/11, os vereadores podem apresentar emendas ao Orçamento/2017, cuja receita corrente é de 342 milhões de reais e, somando as receitas indiretas, o valor chega a 404 milhões de reais. Esse é um orçamento de uma cidade de quarenta e cinco mil habitantes, e não de duzentos e dez mil como Cachoeiro. O prefeito eleito terá um trabalho árduo para equilibrar essas contas e fazer projetos com os recursos existentes. Na semana passada, eu ia falar sobre Batistinha e não o fiz por conta de alguns eventos importantes ocorridos nesta Casa. No dia 18/10/1925, há noventa e um anos, nasceu, na Rua Lafaiete, em Cachoeiro, o cidadão que acabou se transformando em um dos dez homens que fariam parar o Brasil. Trata-se de Batistinha, uma pessoa digna e de caráter exemplar. Ele acabou assassinado na

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10

frente de sua mulher, oito filhos e quatro netos, quando a sua casa, no Rio de Janeiro, foi invadida. Batistinha era um dos doze filhos do ferroviário José Cupertino e da lavadeira Carmem Faria Batista, sendo seu irmão Deusdedith Bastista, o primogênito da família. Batistinha foi casado com Neusa Batista, que está viva, e dessa união nasceram oito filhos. Ele foi um dos maiores líderes ferroviários do Brasil. A ferrovia era muito importante, inclusive em Cachoeiro há um bairro de nome Ferroviários. De forma lamentável, em 1956, uma canetada do então presidente Juscelino Kubistchek praticamente liquidou o transporte ferroviário no Brasil, dando prioridade ao rodoviário. Ele esqueceu também do transporte marítimo, lembrando que o Brasil tem sete mil quilômetros de litoral. / **Aparteando Wilson Dilem dos Santos:** — V. Ex.^a deu ênfase a um dos modais de transporte, que é o rodoviário. Pergunto: onde está esse modal rodoviário importante no Brasil? Temos estradas do Sudeste para o Sul, mas para o lado do Nordeste e Norte não há rodovias. / **David Alberto Lóss:** — Era a opção naquela época. Um navio transporta quarenta mil sacas de arroz; um caminhão, cem, cento e cinquenta. Aí, as rodovias brasileiras foram inundadas de caminhões enormes. Batistinha foi de uma época em que a ferrovia, trazida para o Brasil pelos ingleses, era muito importante para o nosso país. Ele se sobressaiu, e a sua morte foi muito sentida no meio ferroviário e sindical. Há uma frase famosa que diz: “Quando os relógios da central cruzarem a meia noite, o Brasil vai parar”, e parava mesmo. Batistinha encarnou muito bem a luta sindical e se tornou uma pessoa famosa no Brasil. Muito obrigado! / **Delandi Pereira Macedo:** — Boa-tarde a todos! Gostaria de chamar a atenção para o grande número de roubos e assaltos a carros que estão ocorrendo em Cachoeiro, assustando a nossa população. Temos visto nas redes sociais que muitas pessoas têm sido abordadas, principalmente na região dos Bairros Coramara, BNH e IBC. São bandidos de motos que encostam atrás do carro e dizem que o pneu está furado e, quando o motorista desce, é abordado e tem o seu veículo levado. Isso está ocorrendo com certa frequência em Cachoeiro. Precisamos chamar a atenção da Polícia Militar, que tem a função preventiva quanto aos roubos. A função da Polícia Civil é investigar, e a da Militar é fazer a prevenção e punir. Não sei se as ações que precisam ser tomadas estão acontecendo. É preciso um maior efetivo, e quem sabe até a inteligência da polícia trabalhar para capturar essas pessoas, que não devem ser nem de Cachoeiro. Podem ser bandidos de fora. Há poucos dias, vi uma reportagem na TV, mostrando, na divisa com o Rio de Janeiro, o mesmo tipo de abordagem. São bandidos que param principalmente mulheres, verificando aquelas que estão distraídas ao volante, usando o celular. Há poucos dias, eles levaram o veículo do Antônio Geraldo, que trabalha comigo na Rede Sim. Até agora o veículo ainda não foi recuperado. Esta semana, roubaram um caminhão no Bairro BNH, o instrumento de trabalho de uma família. O que eu e o Vereador Amaral temos feito sequentemente aqui é chamar atenção para isso, mas ainda não conseguimos ver uma solução. A verdade é que o Governo Estadual cortou gasolina, as viaturas estão sem combustível para rodar, e eu não sei como está a locomoção nesse trabalho que precisa ser feito pela Polícia Militar. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Nos Bairros Aeroporto e BNH, estão roubando pirulito das mãos de crianças. Essa é a verdade. Estive com o vice-governador e refiz um pedido que venho fazendo há muito tempo quanto àquele posto do bolo de noiva, onde ficava a companhia da Polícia Rodoviária Estadual, que agora passará a ser da Polícia Militar. A qualquer momento será iniciada a reforma para transformar aquele posto numa companhia da Polícia Militar, inclusive o Vereador Luisinho estava comigo quando fiz esse pedido. / **Delandi Pereira Macedo:** — Falando sobre a questão do

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

trânsito, digo que aquela rotatória da Unimed precisa receber uma sinalização urgente. A princípio, ela está dando certo, só que quem entra nela fica totalmente confuso. Umberto Júnior, você, que é o interlocutor do governo, poderia falar com o secretário de Trânsito, pois acho que a prefeitura tem tinta e tudo mais necessário para fazer naquela rotatória uma sinalização, pois quem vem do Hospital Infantil para o centro da cidade não sabe se para ou se segue na segunda via de lá. Digo isso, porque quem vem da rodoviária não sabe qual caminho tomar. É uma coisa simples, e a prefeitura tem tinta para fazer isso. Dessa forma, a população terá consciência de qual caminho tomar, evitando os engarrafamentos que ocorrem naquele trecho no horário de maior trânsito, causadores de desconforto para os motoristas. Se fizeram aquela rotatória, providenciem também a sinalização. Gostaria de falar também sobre a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, da qual faço parte, pois há um Conselho de Direitos Humanos em nosso Município, cuja atuação precisa ser mais debatida em audiência pública. Segundo informações que tive, no apagar das luzes, estão querendo aprovar um plano municipal de direitos humanos, com ênfase na educação para inserir nele tudo o que já foi debatido em níveis municipal, estadual e nacional. Refiro-me à ideologia de gênero e às questões ligadas à iniciação sexual das nossas crianças de quatro, cinco anos de idade. Estão querendo levar isso para o ensinamento de nossas escolas, através de cartilhas para orientá-las, ensiná-las como se comportar, confrontando as crianças com a educação que elas recebem em casa. Não podemos permitir que esse tipo de confronto aconteça com as nossas famílias. Não deixarei isso barato e lutarei para darmos a firmeza e a segurança aos pais para ensinarem seus filhos. Não podemos fazer interferências quanto ao que é do Estado ensinar e o que é da família. Quando falo de Estado, estou falando das três esferas e creio que deve ser ensinado nas escolas uma profissão para as nossas crianças, como elas devem se comportar no que tange ao ensinamento de português, geografia, história e tantas outras matérias, sem interferir naquilo que é premissa da família. Tenho ouvido conversas por aí, dando conta de que estão querendo fazer uma armação, preparando todos os trâmites para encaminhar ao prefeito, que poderá colocar em prática através de decreto, sem o aval desta Casa e sem audiências públicas. O caminho é o debate, e estou pronto para discutir qualquer tema relacionado a essa questão, assim como os colegas vereadores, diante de um assunto de tamanha importância. É óbvio que precisamos ensinar o respeito a todos, e não permitir que haja segregação de pessoas no estado de direito. Todos têm seus direitos, são cidadãos, não importando a escolha que fazem quanto ao sexo e à religião. Só não podemos contrapor, ultrapassar o direito já constituído para os cidadãos brasileiros. Respeito todas as religiões, católica, umbanda e até o candomblé, embora seja evangélico e pastor, com muita honra. Faço isso mesmo contrapondo, de acordo com aquilo que aprendi. O meu discordar não me dá o direito de desrespeitar as pessoas, só não queiram ultrapassar o limite dos meus direitos nem os dos cidadãos brasileiros. Temos que respeitar os travestis e os homossexuais, só não podemos ensinar essa prática para as crianças que ainda estão tendo seu caráter formado, levando isso para o ensinamento das escolas. Aí é querer me chamar de otário, dizendo que precisamos ensinar uma nova técnica de vida para as nossas crianças. Isso é dever e direito da família. É nessa direção que vou continuar lutando. Não podemos impor para a sociedade, que já tem princípios, uma mudança da noite para o dia, ainda mais querendo usar a força de um conselho para implementar algumas teses. Eu não posso concordar com isso. Muito obrigado! / **Wilson Dilem dos Santos:** — Boa-tarde a todos! Hoje, pela manhã, fizemos uma visita a algumas obras do Distrito de Itaoca, a começar por Alto Moledo, onde a

11

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

12

administração iniciou o serviço de abastecimento de água potável, prometido há anos, inclusive esse foi tema de debates nesta Casa por diversas vezes. Felizmente, depois de assinado e de muita burocracia e controversas, a obra foi iniciada. Ao mesmo tempo em que vivíamos lá momentos de alegria, percebíamos no olhar das pessoas como o poder público, infelizmente, anda em baixa. Já não acreditam mais no governo, embora já estejamos no final do mandato. Eu, que sou um homem esperançoso, acredito que aquilo que foi iniciado no dia 20/10 será concluído até o final deste mandato. Essa é uma luta de mais de vinte anos, aliás, a primeira água potável, não de boa qualidade, foi conseguida ainda no mandato de José Tasso de Andrade, cedida pela fábrica de cimento e autorizada pelo então gerente e superintendente da época, Dr. Valdir Macedo de Abreu. Até hoje aquela água está sendo usada e, agora, numa decisão do poder público municipal, fomos buscar água potável na sede do Distrito de Itaoca. Sentimos nas pessoas que elas não acreditam mais no poder público de todas as esferas por conta desse enorme desgaste político que a nossa classe vem sofrendo nesse período tão turbulento que o Brasil atravessa. Também estivemos visitando a obra de conclusão do ginásio de Itaoca, que deverá ser entregue daqui a vinte e cinco dias. Essa sim eu tenho certeza de que será entregue, sendo uma obra de qualidade. Volto ao ano 2000, quando levantamos a bandeira da construção do campo de futebol do Cruzeiro para que a área de baixo fosse liberada exatamente com vistas a se fazer lá a praça e o ginásio. Felizmente, agora, estamos vendo essa obra sendo concluída. Estou saindo desta Casa, praticamente encerrando a minha vida pública, e faço esse registro de cabeça erguida, consciente do meu trabalho em prol daquela comunidade. Esse trabalho não foi reconhecido, conforme todos os senhores sabem, já que alcancei lá apenas sessenta e sete votos. Por essa votação, posso dizer que foram poucos os amigos de lá que reconheceram esse meu trabalho aprovado aqui. Outra obra importante foi a urbanização do Morro do Cruzeiro, com os serviços de drenagem e terraplanagem praticamente prontos, faltando apenas o asfaltamento. Espero que essa obra seja também concluída até o final deste mandato. Eu, o prefeito e o ex-secretário Braz Barros visitamos essas obras até receosos de bater nas portas das casas dos moradores, porque eles ainda não acreditam que elas serão concluídas. Creio que serão sim, principalmente diante do andamento das mesmas. Será uma irresponsabilidade muito grande do poder público, se paralisá-las neste momento. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — No Bairro São Lucas, ocorreu a mesma história, e a obra está parada. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Trata-se de uma obra contratada e com o pagamento em dia, cujo convênio tem um valor ínfimo de participação do Governo Estadual, algo em torno de 20% a 25%. Assim, acredito que estejam garantidos o empenho e o pagamento até a conclusão da obra. O que mais me doeu, Vereador Elimar Ferreira, foi ver que os córregos estão completamente poluídos, com o esgoto sendo lançado a céu aberto nos fundos dos quintais, quando a estação de tratamento e parte da rede já estão interligadas. Estão jogando o esgoto dentro dos córregos, e os mesmos ficam sem vida. Isso me dói e é a minha maior preocupação. Ora, a poluição trará dividendos negativos para a saúde daqueles moradores. Levei até lá o ex-secretário de Obras para que ele veja a situação, principalmente daquele córrego que sai do Moreira e vai em direção à residência do Sr. Sidecias até o Córrego Ipiranga. Naquele trecho, não há nada sendo coletado. Cadê a responsabilidade, ou a irresponsabilidade, quanto a isso? A fiscalização, que deveria ser realizada pela Agersa ou pela própria Odebrecht, que é quem faz essas conexões, não age. Aí, posso dizer que isso é irresponsabilidade. Não é possível que só os Vereadores Wilson e Elimar Ferreira e alguns moradores de lá questionem isso, defendendo a população. Será que

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

13

o poder público, que especificamente tem essa autonomia e os recursos alocados para resgatar os compromissos com a população, não tem olhos nem sentimentos voltados para aquela comunidade? Será que não tem a coragem de fazer uma visita in loco para verificar aquilo que eu e os Vereadores Elimar Ferreira, Delandi Macedo e Alexandre Andreza alertamos e questionamos desta tribuna? Acabará o mandato, e esse serviço não será complementado? O maior agravante disso tudo é o fato de a nossa voz não ser ouvida lá fora pela sociedade, que pensa que estamos aqui de braços cruzados, simplesmente ganhando o nosso salário, sem nenhum tipo de responsabilidade ou atuação neste plenário. Daí a pouco, algumas abelhas, que não conhecem o distrito, não sabem nada a respeito dele e muito menos do Município, vão até lá para tirar proveito da situação, dizendo-se grandes autores das obras que estão sendo realizadas. Isso me dói, mas a falha também está no Poder Legislativo, pois não somos ouvidos, e ninguém conhece o nosso trabalho. Digo isso com todo o respeito a este auditório, porque a maioria do público que está aqui marca presença mesmo, o que é um sinal de prestígio para esta Casa. Infelizmente, a maioria da sociedade não quer nem saber do que acontece aqui, e nós pagamos o preço. Precisamos ainda ouvir que não trabalhamos, que não fazemos nem fizemos nada aqui. Sugiro à próxima Câmara que busque seus direitos e faça questionamentos na imprensa, na mídia, através do jornalismo desta Casa. É preciso apertar; do contrário, o Poder Legislativo não será ouvido lá fora nem reconhecido. Se nós, que estamos saindo, não tivemos isso, que os próximos vereadores procurem ser ouvidos, pois quatro anos passam rápido, e a sociedade questionará onde estão os representantes da Câmara e o que fazem aqui. / **Aparteando Alexon Soares Cipriano:** — O pronunciamento de V. Ex.^a vem ao encontro de tudo o que tenho dito nas reuniões entre os novos vereadores e aqueles que exercerão o mandato até o dia 31/12, ou seja, que esta Casa precisa valorizar não só o parlamentar como também toda a estrutura. É preciso valorizar o trabalho do vereador. V. Ex.^a mesmo acabou de dizer que foi visitar obras e demandas do Distrito de Itaoca, Alto Moledo, e esta Casa precisa dar suporte. Isso deveria aparecer no site da Câmara, com fotos, comentários e reportagens, mostrando que o vereador esteve presente em Alto Moledo, fazendo o seu papel fiscalizador quanto às obras realizadas no Município. O trabalho do vereador precisa ser valorizado, porque ele é a razão da existência desta Casa. O povo elege os vereadores, colocando-os aqui dentro; portanto, o nosso trabalho precisa aparecer, e isso, consequentemente, fortalecerá o Poder Legislativo Municipal. Quando estávamos pedindo votos, ouvíamos dizer que vereador não fazia nada e ganhava muito. É importante que nós, que já estamos aqui neste mandato desempenhando o nosso papel, alertemos a população, a qual ainda acredita que esta Casa dá auxílio paletó, quando, na verdade, o vereador sequer recebe décimo terceiro salário, conforme recebem os outros trabalhadores. Então, através do portal desta Casa, dos jornais, da rede social e dos demais veículos de comunicação, vamos fazer com que a sociedade saiba qual o custo do vereador e quais os benefícios ele leva para as comunidades. / **Wilson Dilem dos Santos:** — V. Ex.^a contemplou muito bem a minha fala, pois é assim que vejo e continuarei a vivenciar o meu dia a dia com o Poder Legislativo, mesmo estando ausente deste plenário. Estou decidido a continuar dando a minha contribuição, direta ou indiretamente, porque vejo que os novos vereadores podem muito bem representar a nossa sociedade, mas é necessária uma estrutura que leve a voz desta Casa até o mais longínquo dos distritos. Há aqui vereadores chamados de situação e também os de oposição, e a maioria reconhece que a administração do Prefeito Casteglione pode não ter sido a melhor, mas foi boa, especialmente a do primeiro mandato, só que hoje ele paga um

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

14

preço altíssimo por não ter divulgado tudo o que fez à frente do Executivo. Nós, que conhecemos o Município, podemos afirmar, com todas as letras, que muitas obras foram feitas. A sociedade sabe disso? Não, porque o governo pecou no que diz respeito à informação. Se tivesse sido feito um bom trabalho de comunicação, certamente a visão quanto a este governo seria outra, assim como a referente às demais administrações. Há prefeitos de Municípios do Nordeste que colocam faixa, bandinha para tocar e soltam foguetes até para inaugurar fossa. Aqui não divulgam nem quando se trata de obras de grande porte, e o Poder Legislativo vai continuar pagando um alto preço. Muito obrigado! / **José Carlos Amaral:** — Boa-tarde a todos! Gostem ou não do que vou dizer, mas eu não posso reclamar, pois sempre que visitava alguma comunidade ligava para o Wagner, do Jornal O Fato, e para a Folha do Espírito Santo, e eles faziam a divulgação de tudo. O Rui liberou para mim, e todas as terças-feiras eu tinha um horário, na parte da manhã, na Rádio Cachoeiro, inclusive essa emissora vai acabar. Também tive espaço naquela rádio do Morro Santo Antônio. Isso, sem pagar nem um centavo. Nunca me cobraram um tostão. Eu disse ao Presidente Júlio que a única coisa que falhou na administração dele foi o jornalismo da Câmara, que foi incompetente o tempo todo e não enviou nada daqui para a imprensa. Quando vêm a esta Casa pessoas da Unimed, de associação e alguns Fulanos da elite, ficam para lá e para cá bajulando, enquanto os vereadores sempre foram renegados, ao ponto de eu pedir, conforme consta em ata, que não enviasse matéria nenhuma minha para ninguém. Ela é concursada, mas o fato é que a imprensa não sabe nada do que esta Casa faz. Houve um período em que esta Casa colaborava com a imprensa, mas, depois, por razões financeiras, a coisa deu uma diminuída. Qual vereador aqui teve seus projetos ou pronunciamentos do último ano divulgados na imprensa? Não mandaram nada. Júlio, estamos indo embora e, talvez, a sua derrota e a dos colegas Léo, Neném, Wilson e outros tenha se dado devido ao descaso do prefeito, a quem mais ajudaram. O prefeito jogou pelas costas, e V. Ex.^a também foi vítima disso. Esta Casa perdeu muito. Eu não perdi; pelo contrário, sou um vitorioso, pois estou saindo por cima, na hora certa, graças a Deus, mas alguns colegas não conseguiram se reeleger. Aqueles que deram apoio ao PT, sendo ferrenhos companheiros do partido, não retornaram. Este governo tem raiva da Câmara Municipal. Até o final do meu mandato, não votarei em nenhum projeto do prefeito, visto que virão para cá muitos acertos de conta para, com o aval desta Casa, limpar as mazelas de lá. Isso aconteceu em todos os governos anteriores, como os de Ferraço, de José Tasso e de Valadão. Sempre ocorreram os acertos de contas em final de mandato, ficando o ônus para a Câmara Municipal. O tempo passa, mas, depois, o Ministério Público enche o saco, como faz com o Presidente Júlio. V. Ex.^a vai deixar a presidência, mas vão continuar a encher o saco. Eu não fui candidato a vereador, mas ainda não citei o porquê disso. Só falarei sobre esse assunto no último dia, quando estiver me despedindo desta Casa. Os vereadores eleitos e os reeleitos devem fazer um levantamento para continuarem nesta Casa de Leis. Posso dizer isso, porque ganhei todas as eleições que disputei, mesmo com os discípulos do capeta querendo me derrubar. Eu vou sair desta Casa por livre e espontânea vontade e com a consciência tranquila do dever cumprido, graças à Nossa Senhora e ao meu Deus. É preciso sempre dizer a verdade. Nós fomos vítimas do próprio veneno que criamos nesta Casa. Meu irmão Júlio, V. Ex.^a nunca poderia ter recebido aquela votação para prefeito, assim como os colegas Wilson, Luisinho, Neném Cadável e outros não mereciam aquela quantidade de votos para vereador. É preciso fazer um apanhado com a nova geração e também com a velha, porque há muitos “traíras” escondidos por aí.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

15

Vou mostrar ao presidente alguns desses “traíras” que traíram a mim e também ao companheiro Wilson Dille. Andei por todo o Município de Cachoeiro, pedindo ao povo que não votasse em Jathir Moreira. Essa foi a minha missão. Por onde passei fui bem tratado, assim como também o foi o Presidente Júlio. Estive no Bairro Valão, próximo à nossa chácara, e o Victor também esteve lá; depois que ele passou, um camarada chamou os vereadores, o prefeito e os deputados de ladrões, vagabundos e bandidos. No passado, eu ajudei a construir a casa daquele excomungado em um terreno meu, pois ele e a mulher moravam às margens do rio, perto da ponte. Eu lhe perguntei se estava nesse meio, ao que respondeu que eu também era safado, ladrão e vagabundo. A eleição seria no domingo e, na segunda-feira, ele voltaria a morar debaixo da ponte. Então, fui até lá, tirei tudo o que ele tinha dentro de casa e, com a caçamba do caminhão, derrubei o barraco dele. Decidi que ele não moraria mais lá, porque aquele terreno era meu. De vez em quando, nós, políticos, devemos tomar certas atitudes. Ora, matamos a fome do excomungado, e ele ainda fala mal de nós. Essa é a maldição de sermos vereadores na Câmara Municipal. Vou embora desta Casa e levarei muitas mágoas, não por mim, mas por meus companheiros que não conseguiram se reeleger devido a traições. Não quero contar todas as histórias, mas, se mexerem comigo, citarei algumas. / **Aparteando Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Em 2013, tivemos aquele problema na Câmara e até hoje estamos pagando uma dívida de 5 milhões de reais com o IPACI e o INSS. Se no último ano não demos publicidade aos trabalhos da Câmara, não foi porque o presidente ou a Mesa Diretora não quisesse. Fizemos quatro licitações, inclusive eu liguei para quatro agências de publicidade, mas nenhuma compareceu. Depois que o Basílio parou, não apareceu mais ninguém para concorrer. Estamos lutando há um ano, e o próximo presidente também terá problemas quanto a isso. Se uma agência de publicidade não ganhar a licitação, a Câmara não terá mídia. A falta de mídia prejudica os vereadores e o próprio Poder Legislativo. Hoje, não adianta ter dinheiro, se não tiver uma agência para fazer o trabalho de publicidade, visto que é inconstitucional, por exemplo, o presidente fazer isso. O próximo presidente deverá fazer o processo licitatório em janeiro; se não aparecer ninguém, ficará sem mídia, como ficamos este ano. Queremos fazer, mas não conseguimos, mesmo a Câmara tendo recursos para isso. Antigamente, não havia dinheiro. Quero dizer que estou muito feliz, porque as contas desta Casa referentes aos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 foram aprovadas. Esse é um presente para uma boa administração, uma boa Mesa Diretora e bons vereadores. Tenho certeza de que as contas de 2015 e 2016 também serão aprovadas, pois estamos fazendo um trabalho com ética e transparência. / **José Carlos Amaral:** — Graças a Deus, todas as vezes que a minha assessoria enviou matérias para os jornais de Cachoeiro elas foram publicadas. Nunca me cobraram um tostão por isso, inclusive, hoje, divulgaram uma matéria minha. Eu tinha um pequeno problema com o diretor do Jornal Aqui, mas já fumamos o cachimbo da paz. Portanto, só tenho a agradecer, porque sempre me receberam bem e me permitiram entrar no ar nas emissoras de rádio, como a que o Vereador Delandi toma conta e também aquela que fica em frente. A Rádio Cultura nunca me faltou com apoio. Talvez, eu tenha ficado por tanto tempo nesta Casa de Leis devido ao respeito que sempre tive com a imprensa de Cachoeiro, exceto com relação a uma emissora, mas ela não me fez falta. Colegas, perguntei à Sílvia, esposa do Vereador Brás, se ele havia melhorado, e ela me respondeu que, depois que ele tomou uma tijolada na cabeça, quando daquele episódio da nascente, até entre quatro paredes ele melhorou. Então, vereador, desejo que V. Ex.^a melhore muito mais. Muito obrigado! /

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

16

Delandi Pereira Macedo, levantando questão de ordem: — Quero registrar a presença do Cláudio, o vereador mais votado de Atílio Vivácqua. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Parabéns, Cláudio! Sinta-se em casa. / **Brás Zagotto:** — Boa-tarde a todos! Quero registrar a presença do Sr. João Enfermeiro, que é um dos responsáveis por eu estar aqui hoje. Eu tinha um problema com o alcoolismo, pois comecei a beber cedo e cheguei ao ponto de me separar da minha esposa por causa da minha falta de controle com relação à bebida. Eu era alcoólatra e não sabia. Estava no fundo do poço, e o saudoso Acinor Fraga e o Sr. João Enfermeiro me convidaram para conhecer a obra dos Alcoólicos Anônimos. Cheguei ao A.A. em 19/01/1993; naquele dia, admiti que era impotente diante do álcool e vi muitos companheiros que bebiam comigo, como o Sr. João, o Tinteiro e outros, ingressarem lá e ficarem bem. Precisava voltar para a minha família e para o trabalho, e foi quando o Sr. João, o Acinor e outras pessoas fizeram com que eu reconhecesse que era alcoólatra, evitando o primeiro gole, de vinte e quatro em vinte e quatro horas. Em breve, farei vinte e quatro anos de A.A., de vida nova. Voltei para a minha família e, hoje, tenho três filhos: o Gabriel, o Leandro e o Breno, esse último nascido depois que ingressei no A.A., além de dois netos. Em 1992, bêbado, fui candidato a vereador e obtive cento e cinquenta votos. O ex-prefeito José Tasso me convidou para ser candidato a vereador novamente, já que eu não bebia mais e havia mudado de vida. Em 1996, fui eleito com mil duzentos e quatorze votos. Portanto, devo tudo isso ao Sr. João, ao Acinor e aos companheiros de Alcoólicos Anônimos, que transformaram a minha vida. Senhores, nesta campanha, o povo queria mudança no cenário político, porque ninguém acredita mais nessa classe por causa das roubalheiras em Brasília. Estou na Câmara há vinte anos e não sabia o que iria acontecer comigo. Aprendi dentro dos Alcoólicos Anônimos a aceitar as pessoas como elas são e também as coisas que não posso modificar. Se fosse da vontade de Deus, eu ganharia a eleição; se não fosse, perderia, mas estaria orgulhoso, porque Deus já fez na minha vida muito mais do que eu mereço. Se eu quiser conviver com o Vereador Neném, devo aceitá-lo do jeito que ele é, assim como ajo com relação à minha família. As pessoas dizem: “Brás, você é bom.” Não é que eu seja bom, mas aprendi no A.A. a calçar as sandálias da humildade de São Francisco de Assis, com a qual estou até hoje. Não serão dois, três, quatro mandatos de vereador, ser candidato a deputado estadual ou a prefeito que vai fazer com que eu mude. Estou bem e firme. Que Deus abençoe o Sr. João e a todos. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Vereador Brás, V. Ex.^a não parou só nisso, pois salvou outras pessoas que estavam na sarjeta. Isso é muito importante. Por isso, Papai do Céu sempre o abençoou, o fez retornar a esta Casa e vai abençoá-lo ainda mais. / **Brás Zagotto:** — Hoje, eu não fiz um discurso, e sim dei um depoimento de vida de tudo o que passei. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Sugiro que V. Ex.^a faça um projeto de resolução, com vistas a homenagear as pessoas que dão a vida em defesa dos Alcoólicos Anônimos. / **Brás Zagotto:** — Vereador, já existe a Comenda Acinor Fraga. Muito obrigado! / Passamos ao **Horário das Lideranças**, quando os líderes partidários declinaram da palavra. / A seguir, teve início a **Ordem do Dia**, realizando-se a **1ª Discussão** dos seguintes Projetos de Lei: 101/2016 – Poder Executivo (Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, e dá outras providências) e 105/2016 – Poder Executivo (Estima receita e fixa despesa do Município de Cachoeiro de Itapemirim para o exercício de 2017). / **David Alberto Lóss, levantando questão de ordem:** — Senhor presidente, peço que os Projetos de Lei 101 e 109/2016 sejam incluídos na pauta do dia. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** —

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Pedido acatado. / **Fabício Ferreira Soares, levantando questão de ordem:** — Presidente, solicito que, com exceção dos Projetos de Lei 100 e 101/2016 e da prestação de contas do ex-prefeito Roberto Valadão, as matérias sejam apreciadas em bloco. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acatado. / **José Carlos Amaral:** — Senhor presidente, a prestação de contas deve ser votada em separado. / Logo após, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação:** 1663, 1664 e 1665/2016 – Wilson Dille dos Santos; 1669, 1670, 1671, 1672, 1673, 1674, 1675, 1676, 1677, 1678, 1679, 1680, 1681, 1682, 1683, 1686 e 1687/2016 – Alexandre Valdo Maitan; **39/2016 – Conselho Municipal de Segurança e Defesa Social de Cachoeiro de Itapemirim/ES – Alexandre Leal Rodrigues – Presidente** (Requer cessão das dependências legislativas para o dia 27/10/2016, das 9:00 às 11:00 horas); **1684/2016 – Alexandre Valdo Maitan** (Requer que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social informe o número de habitantes que passam fome no Município e os que estão em vulnerabilidade social); **1685/2016 – Alexandre Valdo Maitan** (Requer que seja convocado, para a sessão do dia 01/11/2016, o Diretor Presidente da Agersa para prestar esclarecimentos acerca da invasão à sede da agência, matéria amplamente divulgada nos meios de comunicação da cidade, bem como as providências que estão sendo adotadas para apuração dos fatos); **Regime de Urgência** para apreciação dos Projetos de Lei 103 e 107/2016, de iniciativa do Poder Executivo; **Projeto de Lei 109/2016 – Delandi Pereira Macedo** (Dispõe sobre a criação do Dia Municipal da Proclamação do Evangelho – em 31 de outubro); **Projetos de Decreto Legislativo: Concedendo Comenda Cláudio Dias da Silva:** 392/2016 – Ely Escarpini, 395/2016 – Brás Zagotto, 396/2016 – Alexandre Valdo Maitan, 399/2016 – Lucas Moulais, 401/2016 – Alexandre Andreza Macedo, 405/2016 – Delandi Pereira Macedo, 410/2016 – Edison Valentim Fassarella, 411/2016 – Alexandre Bastos Rodrigues e 421/2016 – Leonardo Pacheco Pontes; **Concedendo Comenda Adalton Moulin:** 393/2016 – Lucas Moulais, 394/2016 – Brás Zagotto, 397/2016 – Alexandre Valdo Maitan, 409/2016 – Edison Valentim Fassarella, 412/2016 – Ely Escarpini e 447/2016 – José Carlos Amaral; **Concedendo Comenda Arildo Valadão:** 406/2016 – Delandi Pereira Macedo, 413/2016 – Rodrigo Pereira Costa, 423/2016 – Alexandre Valdo Maitan, 425/2016 – Alexandre Bastos Rodrigues, 430/2016 – Alexon Soares Cipriano, 433/2016 – Wilson Dille dos Santos, 437/2016 – Ely Escarpini, 442/2016 – Edison Valentim Fassarella e 444/2016 – Lucas Moulais; **Concedendo Comenda Sandra Regina Laquini Marques:** 415/2016 – Rodrigo Pereira Costa, 419/2016 – Alexandre Valdo Maitan, 420/2016 – Leonardo Pacheco Pontes, 424/2016 – Brás Zagotto, 427/2016 – Alexandre Bastos Rodrigues, 431/2016 – Alexon Soares Cipriano e 441/2016 – Edison Valentim Fassarella; **Concedendo Título de Professor Cachoeirense:** 402/2016 – Brás Zagotto, 414/2016 – Rodrigo Pereira Costa, 417/2016 – Alexandre Valdo Maitan, 428/2016 – Alexandre Bastos Rodrigues, 432/2016 – Alexon Soares Cipriano, 436 e 443/2016 – Leonardo Pacheco Pontes, 439/2016 – Edison Valentim Fassarella, 445/2016 – Lucas Moulais, 446/2016 – Wilson Dille dos Santos e 448/2016 – José Carlos Amaral; **Concedendo Título de Empresa ou Amigo da Terceira Idade:** 398/2016 – Brás Zagotto, 400/2016 – Lucas Moulais, 403/2016 – Leonardo Pacheco Pontes, 404/2016 – Delandi Pereira Macedo e 408/2016 – Ely Escarpini; **Concedendo Título de Servidor Padrão:** 407/2016 – Delandi Pereira Macedo, 416/2016 – Rodrigo Pereira Costa, 422/2016 – Brás Zagotto, 426/2016 – Alexandre Bastos Rodrigues, 429/2016 – Alexon Soares Cipriano, 434/2016 – Wilson Dille dos Santos, 435/2016 – Leonardo Pacheco Pontes, 438/2016 – Ely

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

18

Escarpini, 440/2016 – Edison Valentim Fassarella e 449/2016 – José Carlos Amaral. / Em seguida, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 101/2016 – Poder Executivo** (Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, e dá outras providências). / **José Carlos Amaral:** — Vereador David, as emendas acertando o erro de data e ao artigo 4º já foram feitas? Já acertou? Quero dizer aos companheiros vereadores, principalmente ao Júlio, que esse projeto permite que o próximo prefeito tenha 100% de liberdade para remanejar o orçamento. A Câmara Municipal tem como praxe fazer essa concessão no primeiro ano de cada governo. Foram poucos os prefeitos que não conseguiram isso. Que nós possamos seguir essa regra, porque não queremos o mal, e sim o bem de Cachoeiro. Não estarei aqui no ano que vem, mas sei que o novo prefeito terá dificuldades, assim como os próximos vereadores. A concessão de 100% de remanejamento será importante para que tudo transcorra em paz. / Posto em votação o **Projeto de Lei 101/2016**, acima descrito, **foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / Prosseguindo, foi colocado **em discussão o Projeto de Lei 100/2016 – Poder Executivo** (Altera a redação de dispositivos da legislação municipal relativos à Procuradoria Geral do Município) * com Emendas Aditiva ao artigo 15 e Supressiva aos artigos 2º e 3º, apostas pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. / **José Carlos Amaral:** — Senhor presidente, o projeto será votado com as emendas? / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Sim. / Postos em votação o **Projeto de Lei 100/2016 e as emendas apresentadas foram aprovados** por quatorze votos contra dois do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Bastos Rodrigues, Alexon Soares Cipriano, Brás Zagotto, David Alberto Lóss, Delandi Pereira Macedo, Edison Valentim Fassarella, Elimar Ferreira, Ely Escarpini, Fabrício Ferreira Soares, Leonardo Pacheco Pontes, Lucas Moulais, Luis Guimarães de Oliveira e Wilson Dille dos Santos. **Votaram contra:** Alexandre Valdo Maitan e José Carlos Amaral. / Na sequência, foi colocado **em discussão o Parecer/TC – 3374/2009 – Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim**, referente ao exercício de 2007, de responsabilidade de Roberto Valadão Almokdice. / **José Carlos Amaral:** — Estou há muitos anos nesta Casa, e esse relatório é de 2007. Ao longo do tempo, denunciei muitas coisas ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público. O Tribunal, que é o órgão máximo de fiscalização do Estado, rejeitou essas contas. Os vereadores fazem denúncias, e o Tribunal de Contas faz a inspeção, vendo o que está errado. Respeito o voto dos meus irmãos vereadores, mas digo que não tive acesso ao conteúdo desse relatório. O Vereador David disse que foi um desvio de verba do Fundeb. Entendo que, sem autorização da Câmara, essa verba não poderia ser mudada de local, mesmo sendo usada dentro da própria Secretaria de Educação. A ex-presidente Dilma foi afastada devido a essas famosas pedaladas. O meu voto será “não”. / **Brás Zagotto:** — Vou acompanhar o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Não posso sacrificar Valadão por causa de um parecer do Tribunal de Contas. O dinheiro da Educação foi gasto na própria secretaria; então, não houve desvio de verba para outra pasta. O Jonas Caldara, que era o secretário da Fazenda da época, e a Sônia Coelho, que ocupava a pasta de Educação, já faleceram. O parecer do Tribunal de Contas está com ressalva, e nós, vereadores, temos o poder de aprová-lo ou não. Votarei a favor da prestação de contas de Roberto Valadão. / **David Alberto Lóss:** — O Vereador Amaral chama o Tribunal de Contas de “Tribunal de Acerto de Contas”. Esse órgão recomendou a rejeição das contas, e eu, pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, tenho plena consciência do que fiz. Não concordo com a recomendação do Tribunal de

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



**CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Contas, e o parecer da comissão é o contrário do que esse órgão indiciou. / **Fabício Ferreira Soares**: — Senhor presidente, peço vistas ao parecer do Tribunal de Contas para que possamos analisá-lo melhor. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — Pedido acatado. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente sessão, da qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Dilena Cláudia Tessinari Modesto Lucas e Rosemere Duarte Biazatti, Redatoras de Atas, lavramos, após redigi-la. _____

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”
